

Processo n.º: 00600-00004073/2020-54-e
Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF
Assunto: Inspeção programada

Ementa: Inspeção Programada realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, autorizada pela Decisão n.º 4.256/2019, que aprovou a programação de fiscalizações para 2020. Decisão n.º 186/2021: conhecimento dos resultados da Inspeção e determinação de diligência à SEE/DF. Ofícios n.ºs 429/2021 e 188/2022 – SEE/SECEX: esclarecimentos. Atendimento parcial. Nova diligência determinada pela Decisão n.º 3.319/2022. Despachos Singulares n.ºs 766/2022- GCIM, 75/2023-GCIM e 194/2023-GCIM: concessão de prorrogação de prazo. Ofícios n.ºs 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 60, expedidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF: apresentação de esclarecimentos. **Nesta fase:** exame de atendimento de diligência. Unidade instrutiva sugere ao Tribunal considerar parcialmente atendida a Decisão n.º 3.319/2022 e determinar nova diligência à SEE/DF. Aquiescência do Ministério Público. VOTO convergente.

RELATÓRIO

Tratam os autos de Inspeção Programada realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, autorizada pela Decisão n.º 4.256/2019, que aprovou a programação de fiscalizações para 2020.

Nesta fase, examinam-se as informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação do DF, por meio dos Ofícios n.ºs 429/2021 – SEE/SECEX e 188/2022 – SEE/SECEX e respectivos anexos, quanto ao cumprimento das determinações constantes da Decisão n.º 3.319/2022.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 88/2022– DIFIPE3, peça 36, após contextualizar o feito, assim se manifestou:

“(…)

2. Quando da mais recente manifestação nos autos, a Corte, por meio da Decisão nº 3319/2022, ao considerar parcialmente atendida a diligência objeto do item II da Decisão nº 186/2021, determinou uma nova diligência para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF adotasse providências complementares, conforme se observa do decisum a seguir transcrito:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) do Ofício nº 188/2022 – SEE/SECEX e anexos (e-DOC 5BCF5108-c, peça 34), encaminhados pela

Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Inácio Magalhães

Proc.:
4073/2020-54

*Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF; b) da Informação nº 88/2022-Difipe 3 (e-DOC 1DD3FFF4-e, peça 36); c) do Parecer nº 624/2022-G3P (e-DOC 95A3E865-e, peça 39); II – considerar parcialmente atendida a diligência constante do item II da Decisão nº 186/2021 (e-DOC 9BFF21A1-e, peça 21); III – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, providencie: a) em consonância com o disposto no art. 6º da Resolução TCDF nº 276/2014: 1) o cadastramento no SIRAC – Admissões das admissões relativas aos servidores elencados na Peça 35, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que, até o momento, ainda não foram cadastradas; 2) o cadastramento de nova ficha admissional para Karla Alessandra Tuckler Molina - CPF correto nº ***.830.141-** (Edital nº 1/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em conta que não foi cadastrada até o momento; 3) a conclusão dos respectivos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores listados no parágrafo 12, de modo a completar os respectivos cadastros no SIRAC – Admissões, com todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF; 4) o atendimento da diligência eletrônica proposta pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, relativa à servidora Bianca Oliveira de Aguiar, Matrícula nº 241.978-5 (Edital nº 01/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Cênicas/Teatro), com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que a referida diligência ainda não fora atendida; 5) a conclusão das tratativas já iniciadas com vistas ao atendimento das diligências eletrônicas determinadas pelo TCDF, relativas aos servidores listados abaixo, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais ao TCDF: i) Marcus Vinícius Ibiapina de Sousa, Matrícula nº 234.666-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade História); ii) Maria Soely Pereira e Silva Souza, Matrícula nº 222.179-9 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Atividades); 6) a conclusão dos procedimentos relativos às acumulações dos servidores a seguir listados, podendo, desde logo, adotar as medidas necessárias para adequar as admissões ao que prescreve o art. 37, inciso XVI, da CF, inclusive quanto ao repouso semanal remunerado, cadastrando no SIRAC – Admissões as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das*

respectivas fichas admissionais à(o) CGDF/TCDF, tendo em vista que até o momento permanecem com o mesmo status de diligência atendida, mas sem o devido encaminhamento; i) Hércules de Campos, Matrícula nº 213.284-2 (Cargo: Assistente de Educação, especialidade Secretário Escolar); ii) Pedro Ivo Rodrigues Alvarenga, Matrícula nº 175.698- 2 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Educação Física); b) a conclusão da verificação da autenticidade perante as instituições emissoras ou registradoras dos diplomas apresentados no momento da posse pelos servidores elencados a seguir, conforme anteriormente determinado pelas Decisões TCDF nºs 4.646/2016, item IV, e 186/2021, item II, 2: 1) Mirailde Teles de Faria, Matrícula nº 230.936-x (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Língua Portuguesa); 2) Alain Valério Matos Souza, Matrícula nº 232.030-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Nutrição); IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Instrução, Peça 36, e da Peça 35 à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, a fim de subsidiar o atendimento das diligências contidas nos itens/subitens anteriores; b) o retorno dos autos à SEFIPE/TCDF, para os devidos fins.”

3. *Destaque-se que, por meio dos Despachos Singulares nos 766/2022- GCIM, 75/2023-GCIM e 194/2023-GCIM, de peças 46, 52 e 57, o Relator do feito concedeu prorrogações de prazo para o cumprimento da decisão em tela, em atendimento aos pedidos objeto dos Ofícios nos 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023- SEE/SECEX e 1298/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 55, respectivamente.*

4. *Nesta oportunidade, examina-se o cumprimento das determinações objeto do item III da Decisão suso transcrita, cujas informações vieram encaminhadas por meio dos Ofícios nºs 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 60, expedidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF.*

5. *A seguir, procederemos à análise das informações prestadas pela SEE/DF, na mesma sequência em que as determinações da Corte aparecem no item III da Decisão nº 3319/2022.*

III.a.1) o cadastramento no SIRAC – Admissões das admissões relativas aos servidores elencados na Peça 35, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que, até o momento, ainda não foram cadastradas;

6. *No que se refere ao atendimento desse subitem da decisão, a*

SEE/DF informou que sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Gerência de Seleção e Provisão – GSELP, cadastrou todas as fichas nos moldes solicitados pela diligência (fl. 1 da peça 60).

7. Em que pese a informação da jurisdicionada de que a diligência foi atendida nesse ponto, ao checarmos cada uma das 114 admissões apontadas pela Tabela de peça 35 como não cadastradas no SIRAC, verificamos que, até esse momento, somente 25 haviam sido efetivamente cadastradas e encaminhadas para análise do Controle Interno.

8. Para as demais 89 admissões temos as seguintes situações: a) em 38 casos o cadastramento no SIRAC sequer foi iniciado e b) nos outros 51 casos, embora iniciado o cadastramento, esse não foi concluído e, portanto, as respectivas fichas ainda não foram encaminhadas para análise do Controle Interno, aparecendo com o andamento de “Cadastramento da Ficha”.

9. Observa-se, assim, que o atendimento quanto a esse subitem da diligência se deu mais uma vez de forma parcial, o que enseja nova determinação para que a jurisdicionada adote as providências necessárias para sanar as falhas apontadas, por meio do cadastramento no SIRAC das admissões ainda não incluídas nesse Sistema ou da conclusão do cadastramento nos casos em que o procedimento foi iniciado mas não concluído, conforme relação de admissões constante da Tabela I, de peça 61, com o posterior encaminhamento das fichas admissionais ao Controle Interno para fins de análise de legalidade por aquele órgão de controle, atentando ainda para o correto preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos.

III.a.2) o cadastramento de nova ficha admissional para Karla Alessandra Tuckler Molina - CPF correto nº ***.830.141-** (Edital nº 1/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em conta que não foi cadastrada até o momento;

10. Quanto ao atendimento desse subitem da decisão, a SEE/DF informou que realizou o novo cadastro da servidora Karla Alessandra Tuckler Molina com a indicação do CPF nº 647.830.141-91 (fl. 1 da peça 50).

11. Em consulta ao SIRAC, verificamos a existência do novo cadastramento de ficha para a servidora Karla Alessandra Tuckler Molina, matr. 237.292-4, utilizando-se do CPF nº 647.830.141-91. Contudo, o cadastramento da ficha de admissão foi realizado indevidamente com base no Edital nº 23/2016, em vez do Edital nº 1/2013.

12. Dessa forma, faz-se necessário nova diligência para que a SEE/DF promova novo cadastramento da ficha admissional da servidora Karla Alessandra Tuckler Molina (CPF 647.830.141-91), com base no Edital nº 1/2013, cargo de Professor de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, tendo em conta que a cadastramento anterior se deu indevidamente no Edital nº 23/2016, alertando-se ainda para a necessidade de posterior encaminhamento da ficha ao Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão, conforme detalhado na Tabela II, de peça 62. Assinale-se que, após o correto cadastramento, esta unidade técnica providenciará a exclusão da ficha errada.

III.a.3) a conclusão dos respectivos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores listados no parágrafo 12, de modo a completar os respectivos cadastros no SIRAC – Admissões, com todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF;

13. Em atendimento à diligência, a SEE/DF encaminhou os esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados visando à conclusão dos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores apontados nesse tópico da diligência (fls. 1/4 e 6/25 da peça 43).

14. Das informações prestadas, observamos que, em 9 casos¹, o cumprimento da diligência se deu de forma satisfatória, com os esclarecimentos dando conta de que para alguns servidores a acumulação se deu licitamente, enquanto para outros não houve acumulação de cargos ou a acumulação deixou de existir com a exoneração do segundo vínculo, sendo que as respectivas fichas cadastrais foram encaminhadas ao Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão.

15. Para os demais 4 casos², embora as acumulações tenham igualmente sido esclarecidas nos moldes descritos no parágrafo precedente, verificamos que a jurisdição ainda não concluiu o cadastramento dos dados e nem providenciou o respectivo encaminhamento da ficha ao Controle Interno. Dessa forma, faz-se necessário determinar à jurisdição que conclua, se for o caso, o cadastramento dessas fichas, com posterior encaminhamento para o Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão, conforme detalhado na Tabela III, de peça 63.

¹ Servidores: Abraão de Sousa Avelino, Andreia Aparecida Tomaz Castelo Branco, Maria Creusa Mota, Maria José Firmino Ribeiro, Vera Lucia Araújo Barros, Fábila da Costa Nunes, Ariane Karina Baccarin Arnaut Cordova, Luana Ramalho dos Santos e Paulo Hernandez Ribeiro dos Santos.

² Servidores: Denize da Rocha Pinto Bacelar, Júlio Maria de Oliveira Cerqueira, Jaisson Rodrigo Costacurta e João Henrique Campos de Souza.

III.a.4) o atendimento da diligência eletrônica proposta pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, relativa à servidora Bianca Oliveira de Aguiar, Matrícula nº 241.978-5 (Edital nº 01/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Cênicas/Teatro), com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que a referida diligência ainda não fora atendida;

16. No que tange ao atendimento desse subitem da decisão, a SEE/DF informou que a diligência eletrônica proposta no SIRAC pelo Controle interno foi atendida pela área técnica responsável (fl. 1 da peça 50). Em consulta ao SIRAC, verificamos que a jurisdicionada incluiu as informações que entendeu suficientes. Verificamos ainda que a ficha cadastral se encontra com carga para o Controle Interno, já com parecer pela legalidade da admissão. Dessa forma, entendemos que se pode ter por atendido esse ponto da diligência, sendo que a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

III.a.5) a conclusão das tratativas já iniciadas com vistas ao atendimento das diligências eletrônicas determinadas pelo TCDF, relativas aos servidores listados abaixo, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais ao TCDF: i) Marcus Vinícius Ibiapina de Sousa, Matrícula nº 234.666-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade História);

17. Em relação à admissão do servidor Marcus Vinícius Ibiapina de Sousa, a SEE/DF deu notícia da tramitação do Processo nº 0080-000248/2016, no âmbito do qual a Gerência de Seleção e Provedimento - GSELP estaria aguardando manifestação do servidor interessado (fl. 1 da peça 50).

18. Observamos também que a jurisdicionada encaminhou cópia do Parecer nº 78/2023 – CEDF, emitido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (fls. 3/6 da peça 60), cuja conclusão foi no seguinte sentido:

“Diante do exposto e dos elementos de instrução do processo, o parecer é por responder à Subsecretaria de Gestão de Pessoas - Sugep/SEEDF que não é possível considerar o exercício das atividades do cargo de Professor de Educação Básica, componente curricular História, para licenciatura plena, ao servidor Marcos Vinícius Ibiapina de Sousa, nos termos do presente parecer.”

19. O argumento central que levou o CEDF a essa conclusão foi que o diploma de Licenciado em Estudos Sociais possuído pelo

interessado não atenderia ao requisito de ingresso em programas especiais de formação pedagógica para o magistério estabelecidos pela Resolução CNE/CP 02/97, haja vista que tais programas não se destinam a portadores de diploma de licenciatura curta, o que seria o caso. Assim, o certificado de conclusão do programa especial de formação apresentado não poderia ter sido emitido pela instituição de ensino superior.

20. Em consulta ao SIRAC, verificamos que a jurisdicionada atendeu à diligência eletrônica do Sistema com a inclusão das informações que entendeu suficientes, sendo que a ficha cadastral já se encontra com carga para o TCDF. Assim, em que pese o indicativo de que o curso do servidor não atenderia ao requisito de escolaridade, a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014. Anote-se que, dada a situação exposta, esta unidade técnica providenciará, com brevidade, a autuação do respectivo processo de admissão.

ii) Maria Soely Pereira e Silva Souza, Matrícula nº 222.179-9 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Atividades);

21. Quanto à admissão da servidora Maria Soely Pereira e Silva Souza, a SEE/DF informou que a diligência eletrônica determinada pelo TCDF foi atendida. (fl. 1 da peça 50)

22. Em consulta ao SIRAC, verificamos que a SES/DF inseriu as informações que entendeu suficientes. Verificamos ainda que a ficha cadastral já se encontra com carga para o TCDF. Dessa forma, entendemos que se pode ter por atendido esse ponto da diligência, sendo que a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

III.a.6) a conclusão dos procedimentos relativos às acumulações dos servidores a seguir listados, podendo, desde logo, adotar as medidas necessárias para adequar as admissões ao que prescreve o art. 37, inciso XVI, da CF, inclusive quanto ao repouso semanal remunerado, cadastrando no SIRAC – Admissões as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à(o) CGDF/TCDF, tendo em vista que até o momento permanecem com o mesmo status de diligência atendida, mas sem o devido encaminhamento;

i) Hércules de Campos, Matrícula nº 213.284-2 (Cargo: Assistente de Educação, especialidade Secretário Escolar);

23. Visando ao atendimento desse subitem da diligência, a jurisdicionada esclareceu o seguinte: "(...) O servidor Hércules de

Campos ocupa o cargo de Analista de Políticas Públicas e Gestão Educacional - Secretário Escolar nesta Pasta, matrícula 231.284-2 (aposentado em 17/08/2016), e o cargo de Professor na Secretaria de Estado de Educação de Goiás, matrícula 66744963, sendo considerada acumulação lícita (provento/cargo) sendo as informações anotadas no Sistema de Registro de Admissões e Concessões – SIRAC (...)”. (fl. 1 da peça 50).

24. Em consulta ao SIRAC, verificamos que a jurisdicionada incluiu as informações que entendeu suficientes. Verificamos ainda que a ficha cadastral se encontra com carga para o Controle Interno, já com parecer pelo conhecimento da admissão. Dessa forma, entendemos que se pode ter por atendido esse ponto da diligência, sendo que a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

ii) Pedro Ivo Rodrigues Alvarenga, Matrícula nº 175.698- 2 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Educação Física);

25. Quanto ao atendimento desse subitem da diligência, a jurisdicionada informou o seguinte: “(...) Já o servidor Pedro Ivo Rodrigues Alvarenga ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais no Departamento de Polícia Federal, matrícula 11.428 e o cargo de Professor de Educação Básica nesta Secretaria de Educação, matrícula 175.698-2, sendo a acumulação também considerada Lícita, nesse caso a diligência não foi encontrada no SIRAC pela CPAC”. (fl. 1 da peça 50).

26. Em consulta ao SIRAC, verificamos que a SES/DF inseriu as informações que entendeu suficientes. Verificamos ainda que a ficha cadastral já se encontra com carga para o TCDF. Dessa forma, entendemos que se pode ter por atendido esse ponto da diligência, sendo que a análise de legalidade da admissão pela Corte será realizada em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

III.b) a conclusão da verificação da autenticidade perante as instituições emissoras ou registradoras dos diplomas apresentados no momento da posse pelos servidores elencados a seguir, conforme anteriormente determinado pelas Decisões TCDF nºs 4.646/2016, item IV, e 186/2021, item II, 2:

1) Mirailde Teles de Faria, Matrícula nº 230.936-x (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Língua Portuguesa);

27. Em atenção a esse subitem da diligência, a jurisdicionada encaminhou cópia do Ofício nº 351/2022/GR/UFG, exarado pela

Universidade Federal de Goiás – UFG, dando conta da autenticidade do diploma concedido a Mirailde Teles de Faria pela conclusão do curso de Letras, Licenciatura, na Faculdade Juscelino Kubitschek, em Valparaíso de Goiás - GO. (fls. 7/8 da peça 50)

28. Dessa forma, entendemos que esse ponto da diligência foi plenamente atendido pela jurisdicionada.

2) Alain Valério Matos Souza, Matrícula nº 232.030-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Nutrição);

29. Quanto a esse subitem da diligência, a jurisdicionada apresentou cópia de e-mail encaminhado pelo Setor de Registo e Emissão de Diplomas da Universidade de Brasília – UnB, confirmando a autenticidade do registro do diploma de ALAIN VALÉRIO MATOS SOUZA pela conclusão do curso de Nutrição. (fls. 9/10 da peça 50)

30. Assim, entendemos que esse ponto da diligência foi, da mesma forma, plenamente atendido pela jurisdicionada.

Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento dos Ofícios nos 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 60, encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, considerando parcialmente atendida a diligência determinada pelo item III da Decisão nº 3319/2022;

II. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, em consonância com o disposto no art. 6º da Resolução TCDF nº 276/2014, providencie o atendimento das diligências constantes das Tabelas I, II e III, de peças 61, 62 e 63, respectivamente;

III. autorizar:

a) o encaminhamento à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF de cópias da presente instrução, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida, bem como das peças 61, 62 e 63, com vistas a subsidiar o atendimento da determinação objeto do item precedente;

b) o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.”.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público, nos termos do Parecer n.º 725/2023 – G3P, peça 67, após contextualizar o feito, opinou pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela unidade instrutiva.

É o relatório.

VOTO

Tratam os autos de Inspeção Programada realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, autorizada pela Decisão n.º 4.256/2019, que aprovou a programação de fiscalizações para 2020.

Na última oportunidade em que se manifestou nestes autos, esta Corte, na Sessão Ordinária de 10.08.2022, por meio da Decisão n.º 3.319/2022, assim deliberou:

"(...) III – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, providencie: a) em consonância com o disposto no art. 6º da Resolução TCDF nº 276/2014: 1) o cadastramento no SIRAC – Admissões das admissões relativas aos servidores elencados na Peça 35, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que, até o momento, ainda não foram cadastradas; 2) cadastramento de nova ficha admissional para Karla Alessandra Tuckler Molina - CPF correto nº ***.830.141-** (Edital nº 1/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em conta que não foi cadastrada até o momento; 3) a conclusão dos respectivos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores listados no parágrafo 12, de modo a completar os respectivos cadastros no SIRAC – Admissões, com todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF; 4) o atendimento da diligência eletrônica proposta pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, relativa à servidora Bianca Oliveira de Aguiar, Matrícula nº 241.978-5 (Edital nº 01/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Cênicas/Teatro), com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que a referida diligência ainda não fora atendida; 5) a conclusão das tratativas já iniciadas com vistas ao atendimento das diligências eletrônicas determinadas pelo TCDF, relativas aos servidores listados abaixo, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais ao TCDF: i) Marcus Vinícius Ibiapina de Sousa, Matrícula nº 234.666-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade História); ii) Maria Soely Pereira e Silva Souza, Matrícula nº 222.179-9 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Atividades); 6) a conclusão dos procedimentos relativos às acumulações dos servidores a seguir listados, podendo, desde logo, adotar as medidas necessárias para adequar as admissões ao que prescreve o art. 37, inciso XVI, da CF, inclusive quanto ao repouso semanal remunerado, cadastrando no SIRAC – Admissões as informações indispensáveis,

com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à(o) CGDF/TCDF, tendo em vista que até o momento permanecem com o mesmo status de diligência atendida, mas sem o devido encaminhamento; i) Hércules de Campos, Matrícula nº 213.284-2 (Cargo: Assistente de Educação, especialidade Secretário Escolar); ii) Pedro Ivo Rodrigues Alvarenga, Matrícula nº 175.698- 2 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Educação Física); b) a conclusão da verificação da autenticidade perante as instituições emissoras ou registradoras dos diplomas apresentados no momento da posse pelos servidores elencados a seguir, conforme anteriormente determinado pelas Decisões TCDF nºs 4.646/2016, item IV, e 186/2021, item II, 2: 1) Mirailde Teles de Faria, Matrícula nº 230.936-x (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Língua Portuguesa); 2) Alain Valério Matos Souza, Matrícula nº 232.030-4 (Cargo: Professor de Educação Básica, especialidade Nutrição); (...)."

A Secretaria de Estado de Educação do DF encaminhou a esta Corte os Ofícios nºs 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 60, dando conta das providências adotadas visando dar cumprimento ao determinado pela Decisão n.º 3.319/2020.

Nesta fase, examinam-se as informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação do DF por meio dos mencionados ofícios.

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 88/2022– DIFIPE3, peça 36, após examinar os esclarecimentos prestados pela SEE/DF, considerou não atendidas apenas as determinações contidas nos itens III.a.1, III.a.2 e III.a.3. A respeito desses itens, eis a manifestação do órgão instrutivo:

"(...) 5. A seguir, procederemos à análise das informações prestadas pela SEE/DF, na mesma sequência em que as determinações da Corte aparecem no item III da Decisão nº 3319/2022.

III.a.1) o cadastramento no SIRAC – Admissões das admissões relativas aos servidores elencados na Peça 35, com o preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em vista que, até o momento, ainda não foram cadastradas;

6. No que se refere ao atendimento desse subitem da decisão, a SEE/DF informou que sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Gerência de Seleção e Provimento – GSELP, cadastrou todas as fichas nos moldes solicitados pela diligência (fl. 1 da peça 60).

7. Em que pese a informação da jurisdicionada de que a diligência foi atendida nesse ponto, ao checarmos cada uma das 114 admissões apontadas pela Tabela de peça 35 como não cadastradas no SIRAC, verificamos que, até esse momento, somente 25 haviam sido

efetivamente cadastradas e encaminhadas para análise do Controle Interno.

8. Para as demais 89 admissões temos as seguintes situações: a) em 38 casos o cadastramento no SIRAC sequer foi iniciado e b) nos outros 51 casos, embora iniciado o cadastramento, esse não foi concluído e, portanto, as respectivas fichas ainda não foram encaminhadas para análise do Controle Interno, aparecendo com o andamento de “Cadastramento da Ficha”.

9. Observa-se, assim, que o atendimento quanto a esse subitem da diligência se deu mais uma vez de forma parcial, o que enseja nova determinação para que a jurisdicionada adote as providências necessárias para sanar as falhas apontadas, por meio do cadastramento no SIRAC das admissões ainda não incluídas nesse Sistema ou da conclusão do cadastramento nos casos em que o procedimento foi iniciado mas não concluído, conforme relação de admissões constante da Tabela I, de peça 61, com o posterior encaminhamento das fichas admissionais ao Controle Interno para fins de análise de legalidade por aquele órgão de controle, atentando ainda para o correto preenchimento de todas as informações indispensáveis, incluídas as situações de acumulações de cargos, de admissões sub judice e de eventuais desligamentos.

III.a.2) o cadastramento de nova ficha admissional para Karla Alessandra Tuckler Molina - CPF correto nº ***.830.141-** (Edital nº 1/2013 – Cargo: Professora de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, com o posterior encaminhamento da respectiva ficha admissional à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, tendo em conta que não foi cadastrada até o momento;

10. Quanto ao atendimento desse subitem da decisão, a SEE/DF informou que realizou o novo cadastro da servidora Karla Alessandra Tuckler Molina com a indicação do CPF nº 647.830.141-91 (fl. 1 da peça 50).

11. Em consulta ao SIRAC, verificamos a existência do novo cadastramento de ficha para a servidora Karla Alessandra Tuckler Molina, matr. 237.292-4, utilizando-se do CPF nº 647.830.141-91. Contudo, o cadastramento da ficha de admissão foi realizado indevidamente com base no Edital nº 23/2016, em vez do Edital nº 1/2013.

12. Dessa forma, faz-se necessário nova diligência para que a SEE/DF promova novo cadastramento da ficha admissional da servidora Karla Alessandra Tuckler Molina (CPF 647.830.141-91), com base no Edital nº 1/2013, cargo de Professor de Educação Básica, especialidade Artes Plásticas, tendo em conta que o cadastramento anterior se deu indevidamente no Edital nº 23/2016, alertando-se ainda para a necessidade de posterior encaminhamento da ficha ao Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão, conforme

detalhado na Tabela II, de peça 62. Assinale-se que, após o correto cadastramento, esta unidade técnica providenciará a exclusão da ficha errada.

III.a.3) a conclusão dos respectivos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores listados no parágrafo 12, de modo a completar os respectivos cadastros no SIRAC – Admissões, com todas as informações indispensáveis, com o posterior encaminhamento das respectivas fichas admissionais à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF;

13. Em atendimento à diligência, a SEE/DF encaminhou os esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados visando à conclusão dos procedimentos relativos às acumulações de cargos dos 13 servidores apontados nesse tópico da diligência (fls. 1/4 e 6/25 da peça 43).

14. Das informações prestadas, observamos que, em 9 casos, o cumprimento da diligência se deu de forma satisfatória, com os esclarecimentos dando conta de que para alguns servidores a acumulação se deu licitamente, enquanto para outros não houve acumulação de cargos ou a acumulação deixou de existir com a exoneração do segundo vínculo, sendo que as respectivas fichas cadastrais foram encaminhadas ao Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão.

15. Para os demais 4 casos, embora as acumulações tenham igualmente sido esclarecidas nos moldes descritos no parágrafo precedente, verificamos que a jurisdicionada ainda não concluiu o cadastramento dos dados e nem providenciou o respectivo encaminhamento da ficha ao Controle Interno. Dessa forma, faz-se necessário determinar à jurisdicionada que conclua, se for o caso, o cadastramento dessas fichas, com posterior encaminhamento para o Controle Interno para fins de exame de legalidade da admissão, conforme detalhado na Tabela III, de peça 63.(...)”.

Dessa forma, Sefipe/TCDF sugeriu ao Tribunal:

I. tomar conhecimento dos Ofícios nos 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 60, encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, considerando parcialmente atendida a diligência determinada pelo item III da Decisão nº 3319/2022;

II. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, em consonância com o disposto no art. 6º da Resolução TCDF nº 276/2014, providencie o atendimento das diligências constantes das Tabelas I, II e III, de peças 61, 62 e 63, respectivamente;

III. autorizar:

a) o encaminhamento à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF de cópias da presente instrução, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida, bem como das peças 61, 62 e 63, com vistas a subsidiar o atendimento da determinação objeto do item precedente;

b) o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.”.

O Ministério Público, nos termos do Parecer n.º 624/2022 – G3P, peça 398, da lavra do Procurador Danilo Moraes dos Santos, opinou pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela unidade instrutiva.

Ao compulsar os autos, alinho-me ao encaminhamento proposto pelos órgãos instrutivo e ministerial. Constatado, das informações prestadas pela Secretaria de Estado de Educação do DF, que as diligências constantes das Tabelas I, II e III, de peças 61, 62 e 63, respectivamente, ainda não foram satisfatoriamente atendidas.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva e o Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

a) da Informação n.º 88/2022– DIFIPE3, peça 36;

b) do Parecer n.º 624/2022 – G3P, peça 39;

c) dos Ofícios n.ºs 1249/2022-SEE/SECEX, 127/2023-SEE/SECEX e 1976/2023 - SEE/GAB/AESP, de peças 43, 50 e 60, encaminhado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, considerando parcialmente atendida a diligência determinada pelo item III da Decisão n.º 3.319/2022;

II. determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, em consonância com o disposto no art. 6º da Resolução TCDF n.º 276/2014, providencie o atendimento das diligências constantes das Tabelas I, II e III, de peças 61, 62 e 63, respectivamente;

III. autorize:

a) o encaminhamento à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF de cópias da Informação n.º 88/2022– DIFIPE3, peça 36, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida, bem como das peças 61, 62 e 63, com vistas a subsidiar o atendimento da determinação objeto do item precedente;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Gabinete do Conselheiro Inácio Magalhães

e-DOC 580125DA
Proc 00600-00004073/2020-54-e

Proc.:
4073/2020-54

b) o retorno dos presentes autos à Sefipe/TCDF, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2023

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro-Relator